



16. **Provisão para demandas judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável. Em 31/12/2019 e 2018, as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	-	-	19.800	-
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	139	-
Cíveis	-	-	2.439	-
Ambientais	-	-	5	-
<b>Total</b>	-	-	<b>20.271</b>	-

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	-	-	-	20.271
Adições/(Reversões)	145	129	-	5.279
Pagamentos	(114)	-	-	(114)
Efeito de combinações de negócios	2.408	10	19.800	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>2.439</b>	<b>139</b>	<b>19.800</b>	<b>5.283</b>

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais no montante de R\$248 na controladora e R\$382 no consolidado em 31/12/2019. Perdas possíveis:

A composição e estimativa das ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração, como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	-	-	19.561	-
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	16	-
Cíveis	-	-	694	-
<b>Total</b>	-	-	<b>20.271</b>	-

Processos trabalhistas: A Companhia e suas controladas são parte em 3 ações de natureza trabalhista na esfera judicial, cujo objeto em discussão versa sobre enquadramento sindical; adicional de periculosidade; diferenças salariais decorrentes de acúmulo de função; horas extras; diferenças e reflexos das verbas rescisórias. **Processos cíveis:** A Companhia e suas controladas são parte em 5 ações de natureza cível na esfera judicial, cujo objeto em discussão versa sobre Sustação de Protesto; Acidente de Trânsito; Acidente com Cabos soltos na via; Corte de Cabos em Condomínio e; Instalação de Postes em área privada sem autorização. **Processos tributários:** As controladas são parte em 2 ações de natureza tributária sendo uma ação administrativa e cujo objeto versa sobre FUST e FUNTEL - 2017 e outra de natureza judicial e cujo objeto versa sobre Ação Declaratória para Manutenção do Simples. A autuação pela Fazenda do Estado de Minas Gerais ("SEFAZ/MG") para exigência de valores de ICMS (2013 a 2016) da controlada Infoline, refere-se a valores das contingências oriundas de efeito de combinações de negócios. **Causas passíveis administrativas:** A Companhia ou controladas são parte em 3 ações de natureza administrativa junto a ANATEL e cujo objeto versa sobre incidência da receita de SVA sobre o base de cálculo do FUST/FUNTEL, FISTEL e FUST 2016. **17. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O Capital social subsidiado em 31/12/2019 é de R\$ 148.119, representado por 381.833.573 ações ordinárias e sem valor nominal. A Companhia possui em 31/12/2019, um capital a integralizar no montante de R\$20.000. A composição acionária é demonstrada a seguir:

	Acionistas		Ações		% Participação	
	31/12/2019	31/12/2018				
Vinci Projetos de Infraestrutura S.A.	190.931.676	-	50,04%	-	-	-
Cesar Sales Borges	27.048.414	-	7,084%	-	-	-
Júlia Branco Borges	273.217	-	0,072%	-	-	-
Rodrigo Melgaço Alves	25.565.115	-	6,695%	-	-	-
José Oswaldo Pereira de Almeida	3.957.609	-	1,036%	-	-	-
Tiago Resende Ferreira e Silva	538.812	-	0,141%	-	-	-
Tomás Resende Ferreira e Silva	449.404	-	0,118%	-	-	-
Marcos Raimundo Ferreira Junior	538.012	-	0,141%	-	-	-
Sônia Maria Resende e Silva Ferreira	449.404	-	0,118%	-	-	-
Rodrigo Martins	934.259	-	0,245%	-	-	-
Vagner Soares de Moraes	8.186.965	-	2,144%	-	-	-
Carlos Felipe Tavares Monteiro	28.851.531	-	7,818%	-	-	-
Otto Marcelo Giovanetti Lima	19.901.021	-	5,212%	-	-	-
Viarei Participações Ltda.	73.208.062	-	19,173%	-	-	-
<b>381.833.573</b>	-	-	<b>100%</b>	-	-	-

Durante o exercício de 2019, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$128.119. b) **Reserva de capital:** A Companhia constitui suas reservas de capital em conformidade com o artigo 182 da Lei nº 6.404/76, pelo valor das contribuições do subscritor que ultrapassou o valor nominal da emissão de novas ações, valor este último destinado à formação do capital social da Companhia. Durante o exercício de 2019 foi constituída reserva de capital

com subscrição de ações no montante de R\$196.583. c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação. d) **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.630/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excedente no aumento de capital ou distribuição de dividendos. e) **Dividendos:** O estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. A destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	31/12/2019				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Lucro líquido do exercício	12.721	-	-	-	-
Compensação de prejuízos acumulados	(313)	-	-	-	-
Base para Reserva legal	12.408	-	-	-	-
Apropriação para reserva legal (I)	(620)	-	-	-	-
Base para dividendo mínimo obrigatório	11.788	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.947)	-	-	-	-
Destinação para a reserva de retenção de lucros	(8.841)	-	-	-	-
<b>18. Plano de pagamento baseado em ações:</b> Em 29/11/2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a Plan de Outorga de Opções de Compra de Ações da Vero S.A. ("Plano"), que tem por objetivo a outorga de opções para aquisição de ações preferenciais, sem direito a voto, de emissão da Vero S.A. ou de suas sucessoras ("Companhia") a determinados administradores, gerentes e empregados da Companhia e de suas subsidiárias, conforme indicado pelo Comitê de Gestão dos Planos de Outorga da Companhia ("Comitê"), órgão de assessoramento a ser criado pelo Conselho de Administração da Companhia, de tempos em tempos ("Opções"), nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.). O Plano tem como objetivos (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos Participantes adquirirem Ações, nos termos, condições e modo previstos neste Plano, incentivando sua interação com a Companhia; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e (iv) atrair novos talentos para Companhia. O Plano será gerido e administrado pelo Comitê, que terá por competência (i) a criação de cada Programa, anualmente ou em periodicidade superior; (ii) seleção, dentre os Elegíveis, as pessoas elegíveis que efetivamente participará de cada determinado Progr. Ama ("Participantes"); (iii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, zelando por sua correta aplicação; (iv) analisar casos excepcionais, omissões ou dirâmicos quanto à interpretação do Plano; (v) estabelecer os termos, condições e regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, sempre que o Plano constituir expressa previsão de discricionariedade por parte do Comitê; e (vi) recorrer ao Conselho de Administração a emissão de novas ações após a Companhia dentro do limite de capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano. O Plano está limitado a um número máximo de 20.096.504 (vinte milhões, noventa e seis mil, quinhentas e quatro) Opções, representativas de igual número de Ações ("Limite Quantitativo"). Para todos os fins do Plano, a (Uma) Opção equivale a 1 (uma) ação preferencial, sem direito de voto, da Companhia. O Comitê poderá estabelecer a aplicação ou não de um prego de outorga a ser pago pelos Participantes eleitos que desejem efetivamente aderir aos Programas que venham a ser criados no contexto do Plano ("Prego de Outorga"). Caso seja fixado um Prego de Outorga para um determinado Programa, o Comitê deverá fixar o valor, o modo e o prazo de pagamento do referido Prego de Outorga. Além do Prego de Outorga, que será pago conforme previsto na Cláusula 6ª acima, o Participante pagará à Companhia, quando da integralização ou aquisição da respectiva Ação, o prego de exercício da Opção a ser definido pelo Comitê quando da criação de cada Programa (o "Prego de Exercício"). Caberá ao Comitê determinar, no âmbito de cada Programa, (i) o período e as condições de Vesting a serem observadas pelo Participante para que ele possa exercer as Opções a ele outorgadas no referido Programa (o "Período de Vesting"); e (ii) o prazo de exercício das Opções pelo Participante, uma vez que suas Opções estejam Vesting (ou seja, uma vez que já tenha transcorrido o Período de Vesting) (o "Período de Exercício"). Em 21/01/2019, o Comitê criou o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Primeiro Programa") no âmbito do Plano. Serão outorgadas no âmbito do Primeiro Programa até 20.096.504 (vinte milhões, noventa e seis mil, quinhentas e quatro) Opções para subscrição de ações preferenciais de emissão da Companhia, sempre respeitado o limite máximo de opções estabelecido no Plano. Em contrapartida à participação no Primeiro Programa, os Participantes deverão pagar à Companhia um Prego de Outorga por Opção outorgada, conforme definido pelo Comitê. O valor global a ser cobrado pela Companhia a título de Prego de Outorga dos Participantes deste Programa será de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais),					

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Outorgadas	10.048	1.005
Prescritas	-	-
Exercidas	-	-
Saído em 31/12/2019	10.048	1.005

A despesa no exercício findo em 31/12/2019 e de R\$1.568 e foi registrada como despesa de exercício de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseado em ações no patrimônio líquido em 31/12/2019, referente aos planos de opções de ações, é de R\$ 1.568.

19. **Receita operacional líquida:**

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Serviços prestados	153.960	-
CANCELAMENTOS	(7)	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>153.953</b>	-
Impostos sobre serviços prestados	(12.455)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>141.500</b>	-

A receita é composta por serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVA's, TV por assinatura e outros serviços.

20. **Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas:**

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de tráfego de dados	12.794	-
Aluguéis de estruturas, máquinas e equipamentos	(3.843)	-
Materiais para prestação de serviços	(601)	-
Salários, encargos e benefícios	(2.869)	-
Gastos com veículos	(589)	-
Energia elétrica	(778)	-
Outros	(125)	-
<b>Total</b>	<b>(21.599)</b>	-

21. **Despesas com vendas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários, encargos e benefícios	-	-	(8.324)	-
Propaganda e publicidade	(836)	-	(2.031)	-
Perda de crédito esperada	-	-	(3.059)	-
Outras	-	-	(796)	-
<b>Total</b>	-	-	<b>(14.210)</b>	-

22. **Despesas gerais e administrativas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários, encargos e benefícios	(11.879)	-	(24.353)	-
Serviços de terceiros	(4.861)	-	(9.502)	-
Aluguéis, seguros e ocupações	(878)	-	(2.555)	-
Impostos, taxas e contribuições	(76)	-	(2.854)	-
Opção de compra de ações	(1.568)	-	(1.568)	-
Outras despesas	(458)	(313)	(972)	-
Recuperação de despesas	16.785	-	(2.955)	(313)
<b>Total</b>	<b>(2.955)</b>	<b>(313)</b>	<b>(41.804)</b>	-

23. **Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas sobre aplicações financeiras	381	-	544	-
Juros ativos	-	-	806	-
Outras receitas financeiras	-	-	40	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>381</b>	-	<b>1.390</b>	-

24. **Resultado operacional líquido:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado operacional líquido	141.500	-	120.241	-
Despesas com vendas	-	-	(14.210)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(29.555)	-
Resultado financeiro	381	-	1.390	-
<b>Total</b>	<b>141.881</b>	-	<b>76.866</b>	-

25. **Despesas financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com aplicações financeiras	(61)	-	(2.909)	-
Juros passivos	(4.669)	-	(5.957)	-
Descontos concedidos	-	-	(268)	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos financeiros	(524)	-	(663)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(180)	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>(5.244)</b>	-	<b>(9.977)</b>	-

26. **Imposto de renda e contribuição social:** a) A reconciliação do resultado do com o IR e CS dos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e do CS	12.188	23.752	-	-
Alíquota fiscal combinada	(34)	34%	-	-
Imposto pela alíquota combinada	(414)	(876)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.360	-	-	-
IR e CS diferidos reconhecidos no exercício	533	4.113	-	-
Outras adições indevidáveis	(3.216)	(7.068)	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>IR e CS no resultado no exercício</b>	<b>533</b>	<b>(11.031)</b>	-	-
IR e CS correntes	-	(15.144)	-	-
IR e CS diferidos	533	4.113	-	-
<b>IR e CS no resultado no exercício</b>	<b>533</b>	<b>(11.031)</b>	-	-

b) **Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Alíquota efetiva	4,37%	46,44%	-	-
Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos:	-	-	-	-
Tributos diferidos ativos	533	4.113	-	-
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	-	867	-	867
Provisão para demandas judiciais	-	878	-	878
Provisão para perda de crédito esperada	-	1.835	-	1.835
Despesa com pagamento baseado em ações	-	533	-	533
<b>Total tributos diferidos ativos</b>	<b>533</b>	<b>4.113</b>	-	-

c) **Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no resultado:**

	Consolidado	
	31/12/2018	Adições 31/12/2019
Tributo diferido ativo	-	4.113
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	-	867
Provisão para demandas judiciais	-	878
Provisão para perda de crédito esperada	-	1.835
Despesa com pagamento baseado em ações	-	533
<b>Total tributos diferidos ativos</b>	-	<b>7.626</b>

d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos:** Em 31/12/2019, a Companhia possuía saldos de base de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 4.147. O correspondente crédito tributário não foi registrado por que a Companhia e suas controladas ainda não atendem todas as premissas necessárias para o reconhecimento, conforme determinado no CPC 32 - Tributos sobre o lucro. **25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. a) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, obrigações por aquisições de participações societárias e aplicações financeiras. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e em financiamentos, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Representado pela possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seu contas a receber. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas atuam na gestão de contas a receber, detectando os segmentos de clientes com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de serviços de telecomunicações e implementando políticas específicas de cobrança. c) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31/12/2019.

Relatório de auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e um nível relativo de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é o alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomados com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

sendo que o Prego de Outorga por Opção outorgada será de R\$ 0,0199039594150306. As Opções outorgadas aos Participantes neste Primeiro Programa (o "Primeiro Lote") poderão ser exercidas pelos Participantes em 5 (cinco) Vestings anuais, a razão de 20% (vinte por cento) a cada ano (os "Vestings 1 a 5"), conforme definido pelo Comitê no momento de sua aprovação como Elegível ao Primeiro Programa, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano, neste Programa e nos Contratos de Outorga:

|--|